

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: O *CITYNESS* E A GESTÃO TERRITÓRIO

Carolina Ana Silveira Brenner¹, Renata Rogowski Pozzo³

¹ Vinculado ao projeto “Os Atacarejos e a fragmentação do tecido urbano: consequências cotidianas para o morador da Grande Florianópolis”

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo – CERES – Estudante PIVIC

³ Orientadora, Departamento de Geografia – FAED – renata.pozzo@udesc.br

O presente resumo insere-se na pesquisa "Os Atacarejos e a fragmentação do tecido urbano: consequências cotidianas para o morador da Grande Florianópolis", desenvolvida a partir de agosto de 2020 e cujo objetivo geral é analisar o impacto para o tecido urbano da instalação de atacados comerciais de gêneros alimentícios na Grande Florianópolis, abordando estes grandes objetos espaciais como representantes, resultados e motores de processos de fragmentação socioespacial. A etapa da pesquisa exposta neste resumo resulta da constatação de que este processo é consonante à metropolização de Florianópolis, tendo em vista que seu Arranjo Populacional passou a ser considerado metropolitano pelo IBGE a partir de 2018, rompendo com uma marcante característica da rede urbana catarinense: a ausência de uma metrópole polarizadora do território. Notadamente, este tipo de objeto espacial tira partido da escala metropolitana para promover suas trocas comerciais, atrair mão de obra e consumidores, bem como circular produtos. Buscou-se, portanto, compreender a natureza do processo de metropolização de Florianópolis, realizando uma análise comparativa das Regics-IBGE 2007 e 2018. De acordo com IBGE (2020, p. 5) “Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e região de influência das Cidades são a atração entre as Cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos”. Portanto, para compreender a posição das metrópoles na hierarquia urbana proposta pelas Regics, é fundamental considerar os conceitos de *city-ness* e *town-ness*, sendo que este primeiro será o foco desta explanação, com base especialmente na publicação Gestão do Território (IBGE, 2014) e na Nota Metodológica da Regic 2018 (IBGE, 2020). Metodologicamente, a Regic 2018 (IBGE, 2018, p. 76) esclarece que o “nível 1, no qual o *city-ness* é preponderante e não houve aplicação de questionário, tem suas ligações definidas exclusivamente pela gestão do território.” A identificação das relações de longa distância entre os centros urbanos, geradas por combinações de comando e gestão, e, por conseguinte, das cidades que são centros de gestão do território, é o primeiro e fundamental passo para estabelecer um nível inicial de referência para a hierarquia das cidades.

Em 2014, o IBGE (2014) publicou a pesquisa intitulada Gestão do Território, que serviu de base para o desenvolvimento das análises sobre o tema junto a Regic 2018. Nesta, considera que “o Estado e o Mercado são as duas Instituições com o maior poder estruturador do espaço” (IBGE, 2014, p. 10), neste sentido, o território nacional pode ser visto como um “mosaico formado pela justaposição das novas redes empresariais com aquela de organização centrada no Estado, herdada de períodos históricos anteriores, onde a forma centro-periferia permanece com relativa relevância” (IBGE, 2014, p. 12).

Centralidades desse tipo costumam se conectar diretamente ao mercado global, de acordo com a capacidade que apresentam de desenvolver a infraestrutura técnica e social necessária para

abrigar redes de ligações complexas entre firmas, possibilitar transferências financeiras, circulação intensiva de bens, serviços e mão de obra (IBGE, 2016). Por isso, “a presença de sedes de empresas e de órgãos de gestão pública compõem a dimensão da gestão do território, são determinantes do *city ness* da cidade, e, por sua vez, para a classificação desta como metrópole” (IBGE, 2014, p. 11).

Para identificar centralidades de gestão pública, a pesquisa Gestão do Território (IBGE, 2014) selecionou instituições públicas federais pertencentes aos poderes executivo e judiciário que se organizam de forma descentralizada, multilocalizada e hierarquizada, de modo a verificar articulações de gestão do território. Analisando comparativamente a posição de Florianópolis na rede urbana brasileira e catarinense, observa-se que entre as Regics 2007 e 2018, a cidade sobe na hierarquia em termos de Gestão Federal, Gestão do Território e Atividades Financeiras (esta última, em conjunto com outras cidades como Blumenau, Criciúma, Itajaí e Jaraguá do Sul), esferas relacionadas aos atributos do *city-ness*.

As redes empresariais formadas por sedes e unidades locais são reveladoras das formas de organização territorial, pois sua localização é influenciada por padrões espaciais prévios, ao mesmo tempo em que promovem centralidade. Segundo IBGE (2014, p. 73): “A função urbana de direção e decisão é traduzida pela distribuição de investimentos e trabalho no território”. A pesquisa Gestão do Território (IBGE, 2014) também buscou mapear os municípios que se destacam no provimento de serviços avançados de apoio às empresas em escala nacional, já que “As especificidades destes serviços funcionam como elementos catalizadores para tornar determinadas cidades em locais-chave da produção” (IBGE, 2014, p. 73). Foram levantados três aspectos da gestão empresarial: intensidade das ligações entre sedes e filiais; assalariados externos; terciário avançado.

Palavras-chave: Florianópolis. Metropolização. Regic-IBGE.

Referências:

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades 2018 - Nota Metodológica**. 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101729>>. Acesso em 13/05/2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Gestão do Território**. 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286286>>. Acesso em 13/05/2021.